

Brasília-DF, 19 de outubro de 2011

CONCURSO: MPOG autoriza concurso para técnico e médico perito do INSS

São 1.500 vagas para técnico e 375 para perito médico

O Diário Oficial da União publicou, nesta quarta-feira, 19, [autorização](#) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para a realização do concurso para técnico do seguro social e perito médico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A seleção vai preencher 1500 vagas para candidatos que possuem nível médio (técnico do seguro social) e 375 para candidatos de nível superior (perito médico).

As vagas são para trabalhar nas Agências de Previdência Social (APS) em todo o país. O foco são as novas agências previstas no Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX). Mais informações sobre o certame devem ser divulgadas em breve com a publicação do edital.

PEX

O Plano de Expansão, iniciado em 2009, prevê a implantação de 720 novas agências da Previdência Social em cidades com mais de 20 mil habitantes que não possuam unidades fixas. Desse total, 86 já foram inauguradas e 181 estão em andamento. Até o final de 2014, as unidades restantes deverão ser entregues à população.

**Fonte: Ministério da Previdência Social.*

PLP 549/09: limite de gasto com servidor público federal na pauta

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados pode votar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09, do Senado (PLS 611/2007), que acresce dispositivos à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor sobre limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública.

O relator, deputado Pepe Vargas (PT-RS) ofereceu ao projeto parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, "não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária"; e, no mérito, pela rejeição da proposição. [Veja a íntegra do parecer](#) Depois de examinado pela CFT, o projeto ainda passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ir ao plenário.

O colegiado se reúne, nesta quarta-feira (19), às 10h no plenário 4.

**Fonte: AGÊNCIA CÂMARA*

Dilma, a gerente omissa

Tão assustadora quanto a bandalheira no Ministério do Esporte é a demora da presidente Dilma Rousseff em pegar a vassoura, mais uma vez, para avançar na limpeza da administração. Se quisesse, teria tido excelentes motivos para demitir o ministro Orlando Silva há muito tempo.

Errou ao mantê-lo, e erra de novo, agora, ao tratar o escândalo da semana como conflito entre um acusador, o policial João Dias Ferreira, e o ministro. Esse confronto é só um episódio a mais de uma longa história de irregularidades, iniciada na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As denúncias divulgadas no fim de semana pela revista Veja acrescentaram detalhes importantes àquela história, mas não surpreenderam.

A presidente deveria ser mais cuidadosa ao adotar o discurso da presunção da inocência, recitado numa entrevista na África do Sul. Em primeiro lugar, critérios desse tipo nunca foram valorizados pelos petistas, quando estavam na oposição. Acusar sem prova era parte de sua rotina. No poder, acrescentaram a essa especialidade a elaboração de dossiês falsos. Em segundo lugar, e este é o ponto mais importante, sobram evidências, há muito tempo, de graves desmandos na área do Ministério. Não está claro se a presidente ignorava esses fatos ou se os considera irrelevantes.

Qualquer dessas possibilidades é inquietante. A primeira seria um indício de inaceitável desatenção. Como chefe da Casa Civil, no governo anterior, e como presidente, a partir de janeiro de 2011, ela deveria ser sempre atenta aos sinais de problemas na administração. Antes de ser nomeada madrinha do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, a ministra Rousseff já era apresentada como a grande gerente dos investimentos federais. A partir de 2007, quando o Brasil assumiu a tarefa de preparar a Copa do Mundo, ela deveria ter acompanhado de perto o Ministério do Esporte. Na Presidência, teria acertado se levasse em conta novos indícios, muito fortes, de falcatruas com dinheiro manejado pelo ministro Orlando Silva.

O Estado publicou neste ano várias denúncias de irregularidades com verbas fornecidas a entidades vinculadas ao PC do B. O material saiu nas edições de 20, 21 e 23 de fevereiro, 15 de abril e 31 de agosto. Um resumo das histórias apareceu no jornal nesta terça-feira. As matérias mostram fornecimento de verbas a entidades fantasmas e financiamentos destinados a ações nunca realizadas. Ou a presidente não lê jornais, ou o clipping destinado a seu gabinete é censurado, ou talvez ela tenha preferido olhar para outro lado.

Órgãos federais de controle, no entanto, ocuparam-se das irregularidades. Em 15 de abril, o Estado noticiou a promessa do Tribunal de Contas da União (TCU) de investigar os convênios firmados com a ONG Bola pra Frente. A Controladoria-Geral da União (CGU) também se envolveu. De 2006 ao primeiro semestre deste ano, a CGU determinou a devolução de R\$ 26,5 milhões aplicados em 67 convênios com problemas, segundo noticiou nessa terça-feira a Folha de S.Paulo.

De acordo com nota do Ministério, os pedidos de devolução refletem o trabalho constante de vigilância e a atenção à lei. Só essa piada bastaria para justificar a demissão do ministro e de sua equipe. Que vigilância, quando os órgãos de controle apontam irregularidades em 67 convênios?

A preferência a entidades vinculadas a um partido - no caso, o PC do B - já deveria escandalizar qualquer pessoa com algum senso de decência - ou, no mínimo, habituada às boas maneiras. Esses convênios foram expostos em matérias do Estado e na reportagem da Veja. Além disso, exemplos foram levantados pela organização Contas Abertas, especializada em finanças públicas.

De 2006 a 2011, o Instituto de Cultura Ambiental recebeu R\$ 5,5 milhões do programa Segundo Tempo. Seu primeiro tesoureiro é filiado ao partido, assim como o presidente do Instituto Contato, contemplado com "mais de R\$ 20 milhões" entre 2007 e 2011.

Já seria notável a existência de tantas ONGs especializadas em educação e, de modo especial, em assistência, por meio do esporte, a crianças carentes. Mas notável, mesmo, é o número de entidades especializadas em assistência por meio do esporte e vinculadas ao PC do B. Nenhum desses fatos extraordinários terá jamais feito brilhar uma luz diante dos olhos da presidente Dilma Rousseff?

A briga entre o policial João Dias Ferreira e o ministro Orlando Silva, é bom repetir, é só um dado a mais numa epopeia bandalha. Se a presidente não agiu há mais tempo, foi porque não quis, porque não se escandalizou ou por uma desinformação digna do Guinness. Se não se cuidar, será tragada por esse pântano longamente preparado por seu antecessor. Todas as preocupações de hoje em relação ao custo da Copa do Mundo parecerão ridiculamente pequenas.

**Fonte: ROLF KUNTZ - O ESTADO DE S.PAULO*

Enfraquecido no Planalto, Orlando Silva tem novo depoimento

Ministro do Esporte perdeu força junto a interlocutores de Dilma. Senado faz audiência com ele a partir das 14 horas

O ministro do Esporte, Orlando Silva (PC do B), perdeu força junto ao Palácio do Planalto na luta para se manter no cargo. Interlocutores da presidenta Dilma Rousseff temem o surgimento de provas sobre a tentativa de acordo com o policial militar João Dias Ferreira, denunciante de um suposto esquema de corrupção na pasta.

Em meio às pressões, Silva presta novo depoimento no Congresso. Ele será ouvido a partir das 14 horas em audiência conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Aliado do ministro, o senador Inácio Arruda (PC do B-CE) foi um dos autores do pedido para que ele fosse ouvido hoje.

Desde o fim de semana, quando foi publicada reportagem da revista Veja em que Silva é apontado como mentor de um esquema de corrupção no Esporte, o ministro sempre teve o apoio do Planalto para se defender das acusações. Na segunda-feira, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, chegou a dizer que estava satisfeita com a postura de Silva.

Porém, ontem à noite, Planalto soube que há uma gravação em áudio de uma conversa entre o ministro e o policial comprovaria a tentativa de abafar o escândalo. Em encontro com congressistas de oposição, Dias disse que passou a gravação para a revista Veja, que ainda não a divulgou porque encaminhou para uma perícia.

A existência da gravação também fez a oposição mudar sua estratégia na audiência realizada na tarde de ontem na Câmara. Deputados do PSDB e do DEM resolveram abrir mão de fazer perguntas a Orlando Silva para tentar aprovar a convocação de Dias Ferreira. A base aliada e, sobretudo, o PC do B não aceitaram a proposta e desqualificou o denunciante. Silva disse ser vítima de um "tribunal de exceção".

A base aliada mantém disposição de dar apoio a Orlando Silva, mas setores do PT ficaram incomodados com a estratégia do ministro em responsabilizar o atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiróz (PT), pela crise no Esporte. Titular da pasta entre 2003 e abril de 2006, Agnelo foi responsável por contratar uma entidade ligada ao policial João Dias Ferreira.

Em 2006, Agnelo foi candidato ao Senado pelo PC do B e Dias Ferreira disputou, sem sucesso, uma cadeira de deputado distrital pelo mesmo partido. Ambos foram derrotados. Em 2008, Agnelo migrou para o PT e, no ano passado, venceu a eleição para o governo do Distrito Federal. "Queremos apoiar Orlando, mas erra ao tentar culpar Agnelo", avaliou um deputado petista.

**Fonte: IG BRASÍLIA*

4 ONGs que recebem verba do Esporte são ligadas ao PCdoB

Levantamento mostra que entidades administradas por filiados ao partido de Orlando Silva têm contratos com o ministério dele

Levantamento divulgado ontem pela ONG Contas Abertas, especializada na fiscalização da aplicação do dinheiro público, revela que o Ministério do Esporte tem contrato com pelo menos quatro entidades ligadas ao PCdoB, partido do ministro Orlando Silva.

O programa Fantástico, da Rede Globo, mostrou no último domingo que o Ministério Público de São Paulo suspeita que a ONG Pra Frente Brasil esteja envolvida em desvio de dinheiro público. A organização – gerenciada pela ex-jogadora de basquete Karina Valéria Rodrigues, vereadora da cidade paulista de Jaguariúna pelo PCdoB – recebeu R\$ 28 milhões nos últimos seis anos do Ministério do Esporte para o programa Segundo Tempo.

Levantamento divulgado ontem pela ONG Contas Abertas, especializada na fiscalização da aplicação do dinheiro público, revela que o Ministério do Esporte tem contrato com pelo menos quatro entidades ligadas ao PCdoB, partido do ministro Orlando Silva.

O programa Fantástico, da Rede Globo, mostrou no último domingo que o Ministério Público de São Paulo suspeita que a ONG Pra Frente Brasil esteja envolvida em desvio de dinheiro público. A organização – gerenciada pela ex-jogadora de basquete Karina Valéria Rodrigues, vereadora da cidade paulista de Jaguariúna pelo PCdoB – recebeu R\$ 28 milhões nos últimos seis anos do Ministério do Esporte para o programa Segundo Tempo.

**Fonte: AGÊNCIA O GLOBO*

Em 5 anos, CGU pediu devolução de R\$ 44,5 mi de convênios do Esporte

Desde 2006, foram 67 processos enviados pela CGU para análise do TCU. São convênios firmados desde 1996 com instituições públicas e privadas

A Controladoria Geral da União (CGU) pediu, entre 2006 e o primeiro semestre deste ano, a devolução aos cofres públicos de R\$ 44,5 milhões após constatação de irregularidades em contratos firmados pelo governo com entidades privadas e instituições públicas entre 1996 e 2006.

A CGU contabiliza os dados sobre o Ministério do Esporte desde 2006 porque antes avaliava conjuntamente - e não separadamente - os convênios de esporte e turismo, áreas que já fizeram parte de um mesmo ministério.

O valor de R\$ 44,5 milhões corresponde a 67 processos em que o próprio Ministério do Esporte verificou irregularidades e acionou a CGU. A Controladoria constatou as irregularidades e enviou os processos para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal é que decide se os questionamentos procedem. Nesse caso, determina a devolução.

Os R\$ 44,5 milhões não se referem ao valor total dos 67 convênios firmados, mas sim à quantia que a CGU considerou ter sido utilizada de forma ilegal. Os questionamentos vão desde prestação de contas irregular até não cumprimento dos contratos. O Ministério do Esporte diz que a verificação das irregularidades mostra que a pasta vem cumprindo seu papel de fiscalizar corretamente os convênios.

Repasses do Ministério do Esporte para ONGs são alvos de questionamento após reportagem da edição deste fim de semana da revista "Veja". Na reportagem, a revista entrevistou o policial militar João Dias Ferreira, preso pela Polícia Civil de Brasília em 2010.

Ferreira afirmou que o ministro do Esporte, Orlando Silva, teria comandando um esquema de desvio de verbas do programa Segundo Tempo, que visa incentivar a prática esportiva entre crianças e adolescentes.

Conforme a revista, o suposto esquema teria desviado cerca de R\$ 40 milhões da pasta nos últimos oito anos. O ministro nega as acusações e diz que o policial não tem provas.

A CGU não especifica quais, entre os 67 processos, são referentes ao Segundo Tempo. Pelo menos dois têm relação com o programa e se referem a entidades comandadas pelo PM João Dias. Os pedidos de devolução em relação a essas duas entidades somam R\$ 4,68 milhões.

Um dos convênios foi assinado em 2005 entre o Ministério do Esporte e a Federação Brasileira de Kung-Fu. O governo pediu, no ano passado, devolução de R\$ 3.784.841,87 em razão da "impugnação total de despesas" - quando a aplicação da verba está em desacordo com as normas de execução da despesa pública.

O outro foi firmado entre o ministério e a Associação João Dias de Kung-Fu, Esportes e Fitness – AJDKF em 2006, e o governo pediu devolução em 2009 de R\$ 896.889,22 porque, segundo relatório da CGU, não houve "consecução dos objetivos pactuados", ou seja, os termos do objeto do contrato não foram cumpridos.

Dos 67 convênios, sete são de 2006, ano em que Orlando Silva assumiu o ministério. Antes disso, ele era secretário-executivo do então ministro Agnelo Queiroz, atual governador do Distrito Federal. A soma dos pedidos de devolução relativos aos convênios firmados a partir de 2006 é de R\$ 14,07 milhões.

Em 2006, a CGU encaminhou ao TCU apenas dois processos que pediam devolução no valor de R\$ 148 mil. Em 2010, foram questionados 25 processos, e o pedido de devolução foi de R\$ 17,89 milhões. O aumento percentual no período foi quase de 12.000%.

Auditorias do TCU

Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2006 no programa Segundo Tempo verificou a "existência de disfunções na implementação do Segundo Tempo que afetam seu desempenho e podem comprometer o alcance dos resultados esperados. Nesse sentido, sobressaem as questões relacionadas com a não-observância dos requisitos do programa por núcleos responsáveis pelas atividades esportivas".

Em 2009, três anos depois, uma nova auditoria foi realizada, e os problemas foram novamente verificados. "Quanto às vistorias in loco, o que foi constatado, porém, mostra que, dos 160 convênios firmados, 105 não foram vistoriados, representando R\$ 88,3 milhões do total de recursos repassados às ONGs. O volume de recursos envolvido nos 55 convênios vistoriados é da ordem de R\$ 68,8 milhões".

"Note-se que três aspectos devem ser ressaltados quanto às fragilidades observadas na gestão do programa. O primeiro relaciona-se à utilização de alguns critérios subjetivos que ainda não foram expressamente institucionalizados para seleção das entidades (...). O segundo refere-se a deficiências na fase de análise técnica das propostas (...). O último aspecto está relacionado a fragilidades da fase de controle concomitante, relativa ao acompanhamento in loco da execução e implementação do programa", diz relatório do TCU.

Em entrevista na segunda-feira, o ministro Orlando Silva disse que, desde o último edital, o ministério só estabelece convênios do Programa Segundo Tempo com instituições públicas e não mais com entidades privadas.

Segundo ele, atualmente há convênios do programa com 14 governos estaduais, 186 governos municipais, cinco instituições federais e 27 organizações não governamentais.

**Fonte: G1*

Distorção: trabalhadores pagam mais Imposto de Renda que os bancos

As distorções tributárias do País prejudicam a classe média, que contribui com mais impostos do que os bancos. Análise feita pelo Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), e confirmada por especialistas, indica que os trabalhadores pagaram o equivalente a 9,9% da arrecadação federal somente com o recolhimento de Imposto de Renda ao longo de um ano. As entidades financeiras arcaram com menos da metade disso (4,1%), com o pagamento de quatro tributos.

"Os dados mostram a opção equivocada do governo brasileiro de tributar a renda em vez da riqueza e do patrimônio", avalia João Eloi Olenike, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). A face mais nítida desta escolha, segundo o especialista, é a retenção de imposto de renda na fonte, ou seja, no salário do trabalhador.

"São poucos os países que, como o Brasil, não deixam as empresas e as pessoas formarem riqueza," afirmou. "Todos os tributaristas entendem que não está correto, era preciso tributar quem tem mais." O Sindifisco analisou a arrecadação de impostos federais no período de setembro de 2010 a agosto deste ano. Neste período, as pessoas físicas pagaram um total de R\$ 87,6 bilhões em Imposto de Renda, incluídos os valores retidos na fonte como rendimentos do trabalho.

No mesmo período, o sistema financeiro gastou apenas R\$ 36,3 bilhões com o pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e Imposto de Renda. Procuradas, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) não se pronunciaram.

Motivo

Especialistas se dividem sobre as razões para a manutenção do que chamam de distorção tributária. Segundo o advogado tributarista Robson Maia, doutor pela PUC de São Paulo e professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, o Brasil precisa cobrar tributos equivalentes aos de outros países, para não perder investimentos.

Na avaliação de Olenike, do IBPT, a estrutura tributária tem relação com o poder de influência de bancos e instituições financeiras. "Se fosse em qualquer outro país, o governo já tinha caído, mas nós não temos essa vocação no Brasil, o povo é muito dócil e permite que o governo faça o que quer."

No seu estudo sobre benefícios fiscais ao capital, o Sindifisco defende mudanças na legislação para reduzir as distorções e permitir menor pagamento de imposto por trabalhadores e maior cobrança de grandes empresas e entidades financeiras.

"Não basta o Estado bater recordes de arrecadação de Imposto sobre a Renda, pois quem sustenta essa estatística é a fatigada classe média.

**Fonte: O ESTADO DE S. PAULO*

Juízes atrasam análise de processos do governo para pressionar por reajuste

Insatisfeitos com a postura do governo em relação à política de reajuste salarial e impedidos de fazer greve, os juízes federais encontraram uma alternativa para pressionar o governo. A categoria decidiu fazer uma operação padrão com os processos da União. A promessa de atraso na análise das ações que têm o governo federal e seus órgãos públicos é uma estratégia para cobrar um aumento nos vencimentos de até 15%.

A decisão dos juízes desagradou toda a cúpula da Advocacia-Geral da União (AGU), que preferiu não comentar o caso, mas deixou clara a indignação. Já a presidente da Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social (Anpprev), Meire Mota Coelho, classifica a deliberação dos juízes federais

de “surpreendente e inacreditável”. “Eles vão prejudicar não a AGU ou a União, mas sim os brasileiros. Paralisar os processos de interesse da União significa paralisar mais de 60% da Justiça brasileira”, afirma.

Meire diz ainda que os maiores prejudicados serão aqueles que aguardam decisões sobre benefícios previdenciários. Para ela, o momento não poderia ser pior para que os juízes adotassem a medida, já que, tradicionalmente no fim do ano, a Justiça realiza em parceria com advogados públicos mutirões de conciliação. Meire alerta para o risco de as partes perderem os prazos em processos, e questiona: “Quem vai pagar a conta se houver perda de prazo? Atuamos não em defesa do governo, mas do Estado brasileiro”.

Em assembleia geral realizada na última sexta-feira, cujo resultado só foi divulgado ontem, os magistrados federais também definiram que cruzarão os braços por um dia, em 30 de novembro. Essa será a segunda paralisação no ano — em abril, os juízes ficaram um dia sem trabalhar.

Além do aumento salarial, a classe também pede uma política previdenciária, a melhoria das condições de trabalho e mais segurança para os juízes de todo o país. O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, afirma que a categoria irá “represar” todos os processos de interesse da União nas varas cíveis e de execução fiscal. Segundo ele, as intimações e citações serão remetidas em bloco para a Advocacia-Geral da União somente em 29 de novembro, um dia antes da paralisação.

De acordo com Wedy, o objetivo é cobrar mais respeito às reivindicações da categoria, que, segundo ele, luta por um Poder Judiciário independente. Atualmente, há no país cerca de 1,8 mil juízes federais na ativa.

“É ilusório e utópico pensar que conseguiremos algo ainda este ano com diálogos formais e sem pressão. A indignação está aumentando na carreira, é crescente, não estamos sendo ouvidos pelos demais poderes. Em especial, precisamos de maior empenho do presidente do Supremo Tribunal Federal. Fez bem a categoria ao decidir dessa forma, democraticamente”, destaca o presidente da Ajufe.

Governo defende aumento menor

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou mensagem ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, em que destaca a posição da presidente Dilma Rousseff contrária ao reajuste proposto para magistrados e servidores do Poder Judiciário — segundo o Ministério do Planejamento, a proposta atual acarretaria impacto de R\$ 8,3 bilhões anuais.

No texto, assinado pelo ministro da AGU, Luís Inácio Adams, o governo informa que irá alterar as propostas do Supremo para adequar o orçamento aos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo Adams, o Judiciário não respeitou a LDO ao enviar o orçamento para o Executivo, uma vez que o projeto não foi apreciado antes pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Fonte: CORREIO BRAZILIENSE*

Entidades criticam protesto de juízes federais por reajuste salarial

Um dia depois de os juízes federais anunciarem que vão “represar” os processos de interesse da União como forma de protesto por reajuste salarial de 15%, entidades que reúnem advogados públicos reagiram, ontem, com fortes críticas à Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Em nota, o Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal, que agrega sete associações, alerta que acionará o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) caso os magistrados cumpram a promessa de fazer operação padrão com as ações que têm a União como parte.

Para o presidente do Fórum, Allan Titonelli, “os interesses salariais dos juízes não podem ser confundidos com o papel de prestação jurisdicional”. Segundo ele, se confirmada a postura dos juízes federais de

atrasar os processos e o protesto prejudicar a União, ficará configurado crime de prevaricação. O Código Penal define pena de até um ano para quem “retardar ou deixar de praticar o ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

“O Conselho Nacional de Justiça deve estar atento a essa intimidação ao governo federal, bem como analisar a conduta individual daqueles que assim procederem”, destaca Titonelli. Ele acrescenta que a decisão dos juízes federais acarretará prejuízo à Advocacia-Geral da União (AGU): “A estratégia é clara para que a União, que tem um quadro deficitário, tenha dificuldade em apresentar suas defesas”.

Em assembleia realizada na última sexta-feira, os juízes federais definiram que vão fazer as citações e intimações à AGU somente em 29 de novembro, um dia antes da paralisação nacional da categoria. Ontem, o presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, recuou em relação à extensão do protesto da entidade e disse que os processos vão tramitar normalmente. Ele avisou que os juízes federais farão um esforço concentrado para analisar as ações, mas que citarão a União somente no dia 29 do próximo mês, “sem qualquer prejuízo à sociedade”. Segundo Wedy, as ações que envolvem direito à saúde e à previdência não serão atingidas, assim como aquelas que tratam de medidas criminais e de urgência.

O presidente do Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal discorda da avaliação de que não haverá prejuízo aos brasileiros. “É lamentável tentar dissuadir a população de que esses atos não vão provocar prejuízos à sociedade”, argumenta Allan Titonelli.

**Fonte: CORREIO BRAZILIENSE*

Repasses para ONGs não param de crescer

De 2004 a 2010, entidades sem fins lucrativos receberam R\$23 bilhões dos cofres do governo federal. O volume de recursos repassados pelo governo federal para entidades sem fins lucrativos vem aumentando ano a ano. De 2004 a 2010, as ONGs receberam dos cofres públicos um total de R\$23,3 bilhões. Nesse período, os repasses aumentaram 180%.

Além das ONGs, os partidos também entram no bolo das entidades sem fins lucrativos que recebem recursos governamentais. E tiveram, no período, um aumento crescente da verba embolsada, passando de R\$112,6 milhões em 2004 para R\$160 milhões no ano passado.

A Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que este ano tudo indica que haverá um decréscimo nos repasses. A projeção para 2011, levando em conta a média mensal, é de R\$4,1 milhões. O órgão chama atenção, ainda, para o fato de que o universo de entidades sem fins lucrativos é bem mais amplo que o de ONGs, pois inclui, por exemplo, fundações de apoio a universidades e fundos, inclusive o partidário. E entre elas estão entidades sobre as quais não pesam suspeitas.

A entidade sem fins lucrativos que figura no topo do ranking desde 2006 é a Fundação Butantan, que produz vacinas e imunizantes amplamente usados pelo governo. Só em 2010 o Butantan recebeu R\$879 milhões. Outras que estão sempre entre as entidades que mais recebem dinheiro público são a Fundação de Seguridade Social (Geap), a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPDQ), a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.

**Fonte: O GLOBO*

Tribunal Superior do Trabalho altera cálculo de IR sobre verbas trabalhistas

Decisões recentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sinalizam uma mudança na forma de cálculo do Imposto de Renda (IR) incidente sobre verbas trabalhistas reconhecidas em condenações judiciais. O entendimento anterior da Corte era de que o IR se aplicaria sobre o total acumulado devido pelo empregador. Com isso, a alíquota do imposto retido tendia a ser a mais alta da tabela, de 27,5%.

Mas, desde o mês passado, pelo menos quatro turmas do TST já alteraram essa forma de cálculo, entendendo que o IR deve ser aplicado sobre o valor discutido em relação a cada mês trabalhado. A diferença é que, com a base de cálculo mensal - e, portanto, menor - a alíquota cai, pois o IR é progressivo. A instrução beneficia diretamente os trabalhadores, que passam a recolher menos imposto. Em alguns casos, o valor apurado por mês pode cair na faixa de isenção, enquanto a soma atingiria a alíquota cheia.

A 2ª Turma do TST, por exemplo, aplicou o novo cálculo recentemente, ao julgar uma ação de uma trabalhadora contra a Petrobras. A 8ª Turma decidiu da mesma forma, em um processo envolvendo uma empresa de seguros e previdência. Também há decisões semelhantes da 4ª e 5ª turmas. O novo entendimento segue a Instrução Normativa 1.127, editada em fevereiro pela Receita Federal, que determinou o mês de competência como critério para a base de cálculo do imposto. A norma regulamentou a Lei 12.350, de 2010, alterando a forma de apuração do IR sobre rendimentos recebidos de forma acumulada por pessoas físicas.

Apesar de não afetar o caixa das empresas, a instrução normativa gerou dúvida entre os empregadores, por contrariar a jurisprudência do TST. A Súmula nº 368 do tribunal, editada em 2005 e ainda em vigor, diz justamente o contrário da regra da Receita - ou seja, que o IR se aplica sobre o valor global das verbas trabalhistas.

Segundo o advogado Daniel Chiode, do Demarest & Almeida Advogados, que defende grandes companhias, alguns juízes de primeira instância começaram a aplicar o novo critério logo após a edição da norma da Receita. "Mas as empresas ficaram inseguras, sem saber se deveriam seguir a instrução normativa ou a súmula do TST", diz.

Ao optar pela nova forma de cálculo, as turmas do TST vêm entendendo que a instrução normativa afastou a aplicação da Súmula 368, por ser posterior a ela. Para Chiode, trata-se de uma sinalização de que pode haver uma mudança na jurisprudência do tribunal. "Esses primeiros julgados ensaiam uma redução do Imposto de Renda para o trabalhador", afirma.

A advogada Monya Tavares, do escritório Alino & Roberto e Advogados, que representa trabalhadores, defende a apuração do IR mês a mês. "É um critério mais justo, pois leva em conta o período em que a verba trabalhista deveria ter sido paga", afirma. Apesar das decisões recentes das turmas, a situação ainda não está totalmente pacificada, pois a Súmula 368 permanece em vigor.

"A questão terá que ser analisada pelo pleno do tribunal", explica o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, que preside a Comissão de Jurisprudência do TST. No mês passado, numa tentativa de solucionar a questão, a comissão propôs à Corte uma alteração da Súmula 368. Mas ainda não há previsão de data para um posicionamento do pleno, integrado pelos 27 ministros do tribunal.

Ives Gandra Martins Filho está entre os ministros que já começaram a aplicar o cálculo definido pela Receita. A tese é de que, como houve uma mudança legal, a jurisprudência do tribunal deve ser revista. Um detalhe importante é que a alteração foi motivada justamente pela parte mais afetada. "Se a própria Receita estabelece um critério mais favorável ao contribuinte, não somos nós que devemos dizer o contrário", diz o ministro.

**Fonte: VALOR ECONÔMICO*

Benefícios do INSS vão até R\$ 4.120 no ano que vem

Reajuste dos aposentados que ganham acima do mínimo pode sair nesta quinta. Confederação aguarda que boa notícia seja levada pelo ministro Garibaldi Alves

A Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) já dá como certo que o reajuste de 11,7%, para os segurados que ganham acima do mínimo (R\$ 545), será decidido na quarta-feira e anunciado na quinta-feira. A data marca a abertura do 20º Congresso Nacional dos Aposentados, em Caldas Novas (GO), onde o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, confirmou presença.

O aumento será de R\$ 32,70 para quem ganha o piso e de R\$ 221,34 para os que recebem sobre o teto previdenciário (confira ao lado). A expectativa é de que o aumento se confirme durante o evento em Goiás. Isso porque ontem terminou o prazo para que o Ministério da Previdência apresentasse um posicionamento sobre a proposta de reajuste acima da inflação para aposentados que recebem mais que o mínimo.

O acordo foi firmado no início do mês com a Cobap, centrais sindicais e a Previdência. Segundo a Confederação, até agora não foi marcada reunião extraordinária para se discutir o reajuste. “O ministro confirmou presença no encontro. Estamos confiantes que ele anuncie se a presidenta aceitou apoiar e viabilizar a nossa proposta. Nós não abriremos mão dos 11,7% de aumento”, afirmou Warley Martins, presidente.

Caso Dilma Rousseff não aceite conceder o reajuste acima do mínimo, a solução será o Congresso. A Cobap já acerta com deputados e senadores para que o reajuste entre no Orçamento de 2012 por meio de emenda.

Central 135 em novo horário

Durante o horário de verão, que começou domingo e vai até o dia 26 de fevereiro de 2012, a Central 135 do INSS funcionará em horário diferenciado. Os segurados que precisarem tirar dúvidas diretamente com atendentes terão das 7h às 22h para ligar. O atendimento será nesse horário em todos os estados onde vigorar a medida. As exceções são Bahia e São Paulo, nos quais o atendimento será das 8h às 23h.

Isso porque esses dois estados são atendidos pela Central de Caruaru, em Pernambuco, que não adere ao horário especial. Apesar das mudanças, o atendimento eletrônico da Central continua funcionando 24 horas.

**Fonte: O DIA*

Com informações do clipping do Sindprevs/PR

FENASPS